

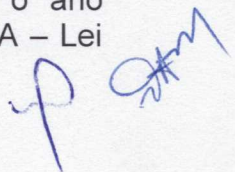
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**

**Estado de São Paulo**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**

**AUDIÊNCIA PÚBLICA DA LOA – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**  
**2021**

Ata da Audiência Pública para manifestação e sugestões da Lei Orçamentária para o Exercício de 2021, promovida pela Prefeitura Municipal de Pirassununga, atendendo aos termos do parágrafo único do artigo 48, da Lei de Responsabilidade Fiscal. Aos 14 dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte, às 09:00 horas, no Plenário Municipal, localizado no Paço Municipal, teve início a presente audiência, para a qual foram convidados os munícipes em geral, com expedição de convites no circular J.C. Regional e na Imprensa Oficial, edição de setembro de 2020. Estiveram presentes neste ato os Secretários de Finanças Sr. Leonardo Flink Maialle, representantes do corpo legislativo da Câmara Municipal, Vereador Wallace Ananias, o Presidente da Câmara Municipal de Pirassununga, o Vereador Jeferson Couto, o Secretário de Cultura e Turismo Roberto Donizeti Bragagnollo, representantes da Santa Casa de Misericórdia de Pirassununga, representante da Associação de Moradores da Cidade Jardim, as Assessoras de Educação, Sandra Aparecida de O. Baccarin e Sara Zero dos Santos, Secretário de Comércio e Indústria, Willian Passos Ponciano, a Contadora do Município, Vanessa Hernandez Martins. O Secretário de Finanças, Leonardo Flink Maialle, abriu a audiência agradecendo a todos os presentes, explanando a importância do atendimento à Lei onde visa a realização das Audiências Públicas referente ao Orçamento Participativo da População. Disse ainda que foi realizada a composição de uma comissão formada, ou seja, uma equipe estruturada por servidores de carreira para estudos e elaboração do Orçamento Municipal. Tal composição estabelece um vínculo de ligação entre cada Secretária e a Comissão formada, pois a Comissão é formada por um representante de cada Secretaria. A equipe de orçamento está sendo coordenada pela Chefe da Seção de Contabilidade Mara Lúcia Longo. É um trabalho que foi iniciado este ano, assim ele tende a gerar frutos, como por exemplo, quando um novo Secretário assumir o cargo em qualquer Secretaria, haverá um servidor como referência para obter conhecimento e informações orçamentárias. A comissão realizou o levantamento das Receitas Previstas e das Despesas Fixadas ambas para 2021 e até 30 de setembro deverá ser encaminhado o Projeto de Lei Orçamentária à Câmara Municipal para análise da casa legislativa, após inclusões e supressões deverá emitir a aprovação em dezembro de 2020. Após, o Secretário de Finanças discorreu sobre a fundamentação legal para a elaboração da Lei Orçamentária Anual: Segundo a Lei 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, no art. 48 será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, os planos, orçamentos e lei de diretrizes orçamentárias. Mencionou também o Parágrafo Único: Durante os processos de elaboração orçamentária será mediante ao incentivo à participação popular e a realização de audiências públicas. Esclareceu sobre os conceitos e prazos pertinentes às peças orçamentárias. O PPA - Plano Plurianual que no Brasil, está previsto no artigo 165 da Constituição Federal, é um plano de médio prazo, que estabelece as diretrizes, objetivos e metas a serem seguidos pelo Governo Federal, Estadual e Municipal ao longo de um período de quatro anos. No primeiro ano de mandato, o governante trabalha no PPA do mandato anterior, a LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, no Brasil a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) estabelece quais serão as metas e prioridades para o ano seguinte, ela representa o elo entre o PPA e a LOA. E por fim, conceituou a LOA – Lei





Orçamentária Anual que é a lei elaborada pelo Poder Executivo que estabelece as Receitas Estimadas e as Despesas Fixadas que serão realizadas no próximo exercício. O Secretário disse que o cenário atual é de pandemia/covid 19 e por isso foi decretado Estado de Calamidade Pública em todas as instâncias, Federal, Estadual e Municipal e por isso, a Prefeitura não gastará além do previsto no orçamento, salvo os Créditos Especiais e Extraordinários que apoiam projetos que não estejam no orçamento, pois eles são angariados durante o exercício principalmente por emendas parlamentares. No cenário econômico devido a pandemia, o impacto causado nos setores da economia nacional no segundo trimestre pode ser traduzido pelos seguintes números: os serviços caíram 9,07%, queda da produção industrial de 12,03% e no setor da agricultura um pequeno aumento de 0,4%. A taxa de desocupação de emprego no último trimestre foi 1,01%, fato que impactou de forma negativa as arrecadações municipais. Assim, pode-se concluir que as variações dos números da economia nacional influenciaram de forma negativa na arrecadação, no âmbito do cenário municipal, em Pirassununga, com relação às Transferências Correntes, receitas cujos recursos são gerados por meio de áreas econômicas como os serviços, produção e agricultura, descentralizados da União e dos Estados para os Municípios, assim houve queda de arrecadação, principalmente com relação aos impostos ICMS – Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços e o FPM – Fundo de Participação dos Municípios. Houve também a diminuição da receita própria do município de Pirassununga. Ao concluir sobre o cenário econômico nacional e os efeitos causados pela pandemia o Secretário de Finanças discorreu sobre a elaboração da estimativa da receita para o exercício seguinte. Leonardo Flink Maialle disse que empregamos como base a Receita Arrecadada no exercício de 2019 em comparação com a Receita Executada no ano de 2020. No Balancete da Receita Arrecadada de 2019 os números tiveram a seguinte composição: Total da Receita Arrecadada R\$ 215.790.746,38, Total de Receitas da União R\$ 29.061.613,97, Total das Receitas Estaduais R\$ 34.273.306,25, Total das Receitas de Recursos Próprios R\$ 152.384.439,98 e Total das Demais Receitas de Capital R\$ 71.386,18. A composição das Receitas Próprias foi discriminada da seguinte forma: Receita Tributária R\$ 47.638.274,33, Transferências Correntes R\$ 97.268.281,26, Outras Transferências Correntes R\$ 5.322.308,77, Receita Patrimonial R\$ 926.149,73, Receita de Serviços R\$ 835.227,73 e Receitas de Capital R\$ 394.198,16. O Secretário de Finanças disse que as Receitas Tributárias são de fundamental importância para o Município, sendo ideia primordial elevar a Receita Própria, o Município dever investir em projetos que elevem a sua arrecadação. Neste momento atual de pandemia, estamos aguardando o Governo Federal nos enviar recursos pois a nossa Receita Própria não está suprimindo as Despesas Fixas. A prioridade está sendo dada ao pagamento dos salários dos servidores do Município, estes não podem ficar sem o salário. Assim, o trabalho de se confeccionar o orçamento é longo e árduo, cada nova equipe de Governo que entrar, deve procurar manter a equipe de orçamento permanente no tempo. Leonardo Flink Maialle disse que houve um aumento considerável na Receita do IPTU do exercício de 2018 para o exercício de 2019 cuja receita auferida foi de R\$ 16.900.000,00, o ISSQN teve um aumento de 2018 para

2019, entretanto o ITBI teve queda, em pontos percentuais as Receitas Tributárias de 2019 ficaram distribuídas da seguinte forma: IPTU 38%, ISSQN 39%, ITBI 6,4% e Taxas e Outros Serviços 16,05%. Os critérios adotados para a projeção de Receita para o exercício de 2021, foram: Projeção de Inflação, Histórico de Arrecadação, Cadastro Imobiliário, Medidas de Ajuizamento de Dívida Ativa e Projeção de Repasses de Convênios e Transferências. A Partir do atual cenário, existe previsão de uma Despesa na importância de R\$ 235.590.000,00 e a partir deste número estabeleceu-se o parâmetro em que a comissão está trabalhando. Atualmente, a comissão está em fase final de elaboração, entretanto o valor total estabelecido para a Despesa poderá apresentar variações para mais ou para menos, mesmo assim, tende a ser aproximado



ao valor estabelecido. Na Previsão de Despesas para 2021, 2,2% serão destinados à Câmara Municipal, as Secretarias Administrativas que apresentam baixo custo serão destinados 7,13%, para a Secretaria de Segurança Pública foi destinado 3,04%, para as Secretarias de Obras e Serviços foram destinados 10,01%. As Secretarias que cujo custo é alto, Educação com 30,03% e Saúde com 27,00%. A soma total de todas as Secretarias ficou em 100%. Leonardo citou os prognósticos da economia para 2021 com base em pesquisas tais como demissões em massa caindo, rápida recuperação da economia, subida do varejo em junho e retomada em v. Assim, com relação às pesquisas econômicas, existem excelentes expectativas de crescimento. Ao final, propôs o encerramento da audiência, esclarecendo que sugestões de inclusões para a LOA 2021 poderão ser entregues até a data de 15(quinze) de setembro de 2020, através do endereço eletrônico [assessoria.financas@pirassununga.sp.gov.br](mailto:assessoria.financas@pirassununga.sp.gov.br). E, para contar, foi por mim, Vanessa Hernandez Martins, Contadora do Município, lavrada nesta presente ata, que vai assinada pelos participantes abaixo identificados.



**LEONARDO FLINK MAIALLE**  
Secretário Municipal de Finanças



**VANESSA HERNANDES MARTINS**  
Contadora Municipal  
CRC 1SP206961/0-1